

UMA REFUTAÇÃO AO MARGINALISMO

FERNANDO PEDRÃO¹

Resumo

O marginalismo fornece a sustentação teórica do corpo analítico que veio a constituir a economia ortodoxa de hoje, geralmente identificada como neoclássica apesar da impropriedade do termo. Tornou-se a linguagem oficializada dos órgãos reguladores das políticas econômicas, por isso responsável pelas diretrizes de coerção internacional das políticas nacionais. Rebater o marginalismo tornou-se uma necessidade para todos que se interessam por política de desenvolvimento.

Palavras chave: Marginalismo. Escassez relativa. Expansão e equilíbrio

Abstract

Marginalism provides the theoretical support for the analytical body that constitutes the economic orthodoxy of to-day, generally identified as neoclassic in spite of the unproperty of the term. It became the official language of organisms regulatory of economic policy, giving support of international coercion of national policies. To confront marginalism became mandatory for all those interested in development policies.

Key words: Marginalism. Relative scarcity. Expansion and equilibrium

JEL: P16; P160

Apresentação

Em algum momento a teoria econômica encontrou-se na disjuntiva entre explicar os processos de reprodução do sistema produtivo ou focalizar nos mecanismos operacionais da produção. Essa forquilha vem dos fundamentos da ciência moderna quando ela esteve entre prosseguir com um dedutivismo incapaz de superar suas próprias premissas e um indutivismo que pretendia se estabelecer sobre novas bases de observação. As observações da astronomia de Copérnico e Kepler só podiam ser demonstradas de modo indireto e a formação de uma ciência moderna buscaria apoio na lógica de Descartes, na Física de Newton e na epistemologia de Kant, sempre olhando na direção de uma convalidação da Física. Laplace, Lavoisier, Lamarck, estariam todos olhando para ciências naturais, não para o mundo social. A revolução do Iluminismo é voltar o foco para o mundo social e é nesse giro que o próprio Kant percebe a necessidade de uma história uni-

versal e da historicidade da ciência. Com Hegel a História o centro do palco e Marx escreve a tragédia que ela representa.

Nesse contexto devem situar-se os fundamentos da economia, com Destutt de Tracy, Boisguillbert e Cantillon. Adam Smith procurou um fundamento científico para a explicação do sistema produtivo, apresentando a divisão do trabalho como lei geral explicativa equivalente à lei da gravidade para o mundo físico. O próprio Smith consagrou uma abordagem histórica comparativa e percebeu como o mundo social está sujeito a condições conflitivas e de incerteza.

A tendência ao estado estacionário aduzida por David Ricardo denotaria uma dinâmica regressiva, hoje equivalente à entropia do sistema, que estaria associada a um sistema distributivo rígido. O verdadeiro bloqueio do sistema estaria em sua incapacidade de superar as condições desiguais de distribuição. Os outros economistas ditos clássicos, incluindo Malthus e J.S. Mill contribuíram no primeiro grupo para as teorias do valor e da distribuição,

¹ Doutor em Economia. Professor Titular do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - Unifacs

procurando determinar se o sistema produtivo continuará se expandindo indefinidamente ou se tenderá a se contrair e estagnar (DOBB, 1973). O corolário dessa abordagem aparece no trabalho tardio de Edwin Cannan ao contrastar uma aparente pseudo-distribuição com as condições sociais concretas de distribuição da renda. A identificação da posição dos trabalhadores aparece apesar da influência de conservadores como Malthus e Say.

As reações à economia clássica aparecem do lado de nacionalistas dedicados a independência como Sismondi e de empiristas identificados com os interesses dos capitalistas como Jevons, Nassau e vários outros, em convergência com os defensores de uma harmonia social como Bastiat. No conjunto, a insatisfação com a autosuficiência da teoria clássica abriu espaço para um liberalismo que forneceria a base ideológica do marginalismo representativo dessa segunda opção. A intenção de construir uma teoria econômica científica também contribuiu especialmente entre os austríacos acolhidos à teoria do conhecimento de Kant. As pretensões lógicas de J.S. Mill e Jevons levaram nessa mesma direção apesar de que com menor sucesso. A rejeição ao socialismo daria o traço de união entre as diversas origens da nova economia do individualismo que se assumiu como anti-marxismo com Böhm-Bawerk. Essa segunda opção que seria uma visão prática da economia, representa a perspectiva dos interesses do capital e veio a constituir o sentido de finalidade da análise econômica ortodoxa. Se os primeiros economistas clássicos representavam sutilmente os interesses do Império Britânico em expansão e o keynesianismo foi uma clínica de reabilitação do império com esclerose múltipla. A economia neoclássica, herdeira do conservadorismo europeu, tornar-se-ia a linguagem da supremacia norte-americana representada por empresas multinacionais, consumo de massa e emprego precário. O elogio

do consumo diferenciado pressupõe um sistema central capaz de administrar as migrações de trabalhadores e absorver as perdas pessoais, compreendendo desemprego reiterativo e desmobilização de pequenos produtores. Enquanto se advogava, no estilo Pigou, por um Estado de Bem Estar destinado a absorver custos sociais do desemprego, promovia-se um sistema internacional de grande capital, que veio a realizar uma nova distribuição de papéis entre nações exportadoras de tecnologia fechada e nações exportadoras de bens primários pouco elaborados. O controle da tecnologia substituiu a Legião Estrangeira na sustentação de um sistema de dominação econômica. Há consideráveis perdas de posição entre os países nominalmente integrantes do primeiro grupo, como a Espanha e a Itália, e crescimento com atualização da posição primário-exportadora em países como o Brasil.

Outros, como os ex-integrantes do Commonwealth, tornam-se sócios periféricos do bloco hegemônico, mas tampouco ultrapassam certos limites de associação subordinada. Em função desse modo de ajuste desses países surge inclusive a renovação de uma tese relativa às vantagens de um país próspero não industrializado que justificaria as políticas de desindustrialização praticadas pelos governos conservadores da Argentina e do Brasil. A ascensão da China e a recomposição da Rússia contradizem o sistema euro-americano mostrando nova combinação de controle de mercado e de controle de energia. A China não é somente a nova fábrica do mundo nem é o mercado onde os ocidentais ganham, mas controla sistemas de comercialização e inverte o modelo industrial produzindo com matérias primas de outros e controlando o sistema financeiro.

O discurso da austeridade revela-se apenas o da defesa da economia da Alemanha e a ambiguidade do liberalismo norte-americano torna-se uma contradição desde a teoria política de Rawls à economia do FED. Na década de 1980 surgiram novos mecanismos colaterais de reforço desse sistema, que incluem o Consenso de Washington como disciplinador das políticas econômicas nacionais e o Pacto de Bolonha como um nivelamento forçado dos sistemas de educação. A subalternidade implícita ao sistema é copiada por órgãos nacionais tais como Conacit, Conycit, Capes e outros. Há aspectos institucionais, operacionais e doutrinários justapostos nesse contexto. Padrões de qualidade que implicam na aceitação acrítica de modelos de países hegemônicos que não são avaliados e terminam gerando modelos hegemônicos internos². A revisão do sistema acaba chegando aos seus fundamentos científicos. Trata-se aqui do papel do contexto de teoria econômica *tout court*.

Consideram-se duas observações de encaminhamento. A primeira delas é a necessidade de avaliar a qualidade científica à luz de sua capacidade auto reflexiva, portanto, de sua capacidade crítica. Desde o século XVIII há consenso em que não há teoria sem capacidade crítica. A nova escolástica mecanicista e pragmática, de Comte a Dewey, é uma recaída no absolutismo lógico denunciado por Theodor Adorno, estabelecido como a linguagem da Restauração capitaneada por Metternich, Pitt, Guizot e por todos os saudosistas dos impérios coloniais. Já Ortega y Gasset tinha advertido contra as tendências incipientes da ciência positivista acrítica e ahistórica. Ironicamente, para quem pretende se apoiar na epistemologia da

² Os principais exemplos seriam as políticas de contenção e desnacionalização da Argentina e do Peru e as políticas de estabilização do Brasil, do México e do Chile. As consequentes principais limitações das políticas de substituição de importações ficaram melhor expostas quando comparadas com políticas de substituição de exportações.

Física, esta nova escolástica voltou as costas aos desenvolvimentos da própria Física, ignorando por completo todo o relativo a irreversibilidade e instabilidade.

A segunda observação refere-se ao realismo da teoria, no que ela precisa captar situações históricas concretas que lhe permitam renovar seu fundamento empírico ou verificar as limitações do fundamento que utilizam. Obviamente os exemplos europeus são de escassa aplicabilidade para as condições latino-americanas em geral nem se adéquam ao intervencionismo monetário norte-americano. São economias exportadoras de capital e de recursos humanos mas que se tornam receptoras forçadas de imigrantes e que passam a procurar opções de operações em países com mercados em expansão. Comprometido com sucessivas transferências de recursos para resgatar economias nacionais falidas, o liberalismo europeu torna-se uma política defensiva de alguns países, regulado por dependência energética e por falta de dinamismo de seus mercados nacionais. A Noruega é o único país da Europa ocidental com excedente de energia, enquanto os demais dependem de energia nuclear ou de gás importado.

Diante das grandes transformações do sistema produtivo, compreendendo as revoluções dos transportes e das comunicações e a aceleração dos achados em ciência, a circularidade do sistema representa uma invalidação das teorias de desenvolvimento baseadas em transbordamento de efeitos positivos, isto é, baseadas na virtude da expansão do sistema desigual. Descobrem-se os pés de barro da falsa cooperação internacional que construiu um endividamento impagável e apenas abriu espaço para negócios do eixo euro-americano.

Na prática esse sistema não prevê modificações no panorama do desenvolvimento e não tem teorias do desenvolvimento econômico e social desde a década de 1970. As propostas

de desenvolvimento são criticadas como nacionalismo retrógrado e se aceita tacitamente que as políticas econômicas primeiro têm que ter aval externo para depois enfrentarem os projetos políticos internos. A análise econômica continuou tratando de problemas de produtividade como se eles pudessem ser colocados por separado das condições de grau de monopólio, já apresentadas por Kalecki há cinquenta anos, mas tratadas como se fossem variantes do keynesianismo. A questão geral de estruturas de mercado é tratada como se fosse algo por separado dos movimentos de concentração do capital e não indicasse uma tendência real à oligopolização dos mercados dos grandes capitais.

A contenda com a hipocrisia

O objeto desta contestação é o marginalismo como e enquanto conjunto conceitual, marginalismo em geral, no conjunto de suas origens austríaca, inglesa e suíça, que veio a representar essa convergência de princípios e valores na representação dos interesses do grande capital e nas diversas políticas de interesse dos bancos. Também o marginalismo como e enquanto conjunto de premissas que representa uma postura teórica frente aos problemas fundamentais da economia, especialmente no relativo a expansão e equilíbrio do sistema produtivo, com condições de uso efetivo dos recursos de capital e dos recursos humanos.

O princípio fundamental dessa economia oficializada é uma falsa identificação dos interesses individuais com os do capital. A confusão entre individualidade e individualismo, cultivada pela falsa moral

desde Benjamin Franklin a Hayek, enaltecendo dos hábitos individuais de poupança, da verdadeira ética protestante do enriquecimento individual^{3 4}. Essa ideologia negada, porém atuante é hoje aproveitada pela mídia, abre um espaço único de justificativa para financiamento de bancos e de empresas emblemáticas falidas, como foram os casos de Lehmann Brothers e da General Motors em 2008. A contradição orgânica do liberalismo conservador, hoje representado pela União Européia de Merkel e pelo FMI de Lagarde⁵ sugere uma reconsideração dos alicerces conceituais desse sistema que não explica como combinar desemprego profundo com lucros bancários protegidos pelo Estado, nem como proteger uma internacionalização que reconstrói o colonialismo econômico.

O sistema funciona com uma desvalorização acelerada do patrimônio em benefício do capital especulativo, consolidando o fosso entre o grande capital produtor de tecnologia e os sistemas produtivos nacionais dependentes de tecnologia. Economias como as dos pequenos países europeus dependentes de energia, com minúsculos mercados internos, não têm a menor possibilidade de alcançar condições de capitalização suficientes para definirem destinos próprios. Serão adjacências de turismo dependentes de efeitos colaterais dos quatro países europeus maiores. Assim, é razoável tratar o recrudescimento da posição primário-exportadora e de reserva de força de trabalho semiqualficada como a hipótese principal da periferia do sistema do grande capital, com países como o Brasil e o México que contabilizam

³ Essa filosofia da hipocrisia burguesa ficou consagrada pela academia reverente na obra de Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo* que faz vista grossa da pirataria e do colonialismo.

⁴ Essa filosofia da hipocrisia burguesa ficou consagrada pela academia reverente na obra de Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo* que faz vista grossa da pirataria e do colonialismo.

⁵ Não se devem esquecer os pretorianos da NATO invariavelmente comandados por noruegueses e canadenses.

a vantagem de contarem como mercados próprios significativos.

A abordagem marginalista em economia, com suas derivações keynesiana e neoclássica, veio a constituir o campo da economia ortodoxa, compreendendo o corpo teórico marginalista e a análise neoclássica. Os preceitos fundamentais dessa abordagem foram aceitos como axiomas pelo que a economia ortodoxa tornou-se acrítica, desse modo perdendo sua qualidade de ciência. Já seja com o nome de caixa de ferramentas (ROBINSON, 1965) ou como maximização (Samuelson, Solow e outros), reduz-se a uma técnica que se auto-justifica como uma escolástica matematizada.

A recuperação de capacidade crítica da economia é o modo de restaurar sua qualidade científica, para o que se torna necessário substituir consistência formal por consistência material com a realidade (MARTAIN, 1954) e por pertinência com as condições concretas de uso da teoria (MYRDAL, 1968). O problema geral de cientificidade da ciência no ambiente do capitalismo avançado foi tratado do lado das ciências físicas por Isabelle Stengers (2005), questionando esse declive para uma escolástica fechada, com argumentos que são igualmente válidos na crítica de ciências sociais departamentalizadas e apegadas a paradigmas positivistas. Do lado das ciências sociais, ficou por conta do marxismo ou de dissidências do campo oficial.

A crítica parte necessariamente de uma perspectiva histórica porque toda atividade social é histórica e acontece no espaço-tempo da vida social. Também, porque somente a história permite perceber a pluralidade das relações entre sociedade e natureza e a pluralidade própria do mundo social. Mas como se trata de uma revisão de conceitos como meio de aproximação da relação entre teoria e prática, apresentam-se críticas às premissas do marginalismo enquanto corpo de pensamento teórico. A visão crítica do corpo

teórico refere-se à formação desse corpo teórico que obviamente não nasceu pronto e passou por diferentes influências filosóficas. Por isso é preciso desde já registrar a diferença essencial entre a matriz britânica, escorada na lógica de Oxford e no empirismo de Locke e a matriz austríaca herdeira do neo-kantismo, além do conservadorismo suíço localista representado por Walras. A consolidação dessas origens nunca foi completa, dando lugar a uma pretensão de retorno à fonte austríaca em autores mais ou menos saxônicos como Milton Friedmann, Hayek e seus seguidores do novo monetarismo. Na primeira presumem-se comportamentos que se identificam mediante transações em mercado e na segunda pressupõe-se uma racionalidade geral invariante, independente de classe e cultura. É um modo de supor que a única racionalidade válida é a da reprodução do capital, com isso implicando que todos interesses significativos são apenas os do capital, algo que está invalidado pela irrupção de modos de irracionalidade na sociedade moderna. O amplo leque de fanatismos que misturam fundos religiosos com preconceitos raciais, desde o fundamentalismo norte-americano ao hebraico e aos diversos ramos islâmicos, o "assalto à razão"⁶ definiu-se como a grande contradição do capitalismo avançado passando pelas diversas formas de fascismo. O grande sistema do capital hoje aprendeu a conviver e manipular o irracionalismo como instrumento inconsciente de apoio.⁷

A crítica portanto se refere ao conjunto de conceitos e modos operacionais articulado pela análise neoclássica que prima pela ausência de visão autocrítica. Entende-se que essa corrente doutrinária apóia-se

em princípios conceituais que são contraditórios com a realidade da atividade econômica e condenam a teoria a um círculo vicioso de esterilidade. A crítica dos modos operacionais sem dúvida recai sobre a obsessão matematizante e a psicose da modelagem. Como a avaliação dos modelos é apenas formal, admite como válidas construções que não têm sustentação alguma na qualidade dos dados.

Os termos da crítica

Como modo de abordar o tema escolho o caminho oposto à lógica indutiva, supostamente incorporada ao pensamento científico positivista em herança escolhida em Bacon, Locke e outros anglófonos. Apresento esta crítica no modo medieval de Alberto Magno, que no essencial é uma forma de trabalhar com a lógica de Aristóteles. Nessa tradição começamos por levantar uma lista de teses dirigidas a invalidar os pressupostos desse pensamento teórico para, por extensão, desqualificar a análise dependente dele, ou reduzi-la a sua verdadeira posição de situação especial de uma teoria maior, tal como a física newtoniana se tornou um caso especial da física quântica.

Há uma questão adicional da passagem do contexto marginalista à formalização neoclássica, oriunda de Hicks e Samuelson, em que esta perdeu o gradualismo de Marshall, para quem o ajuste entre oferta e procura surge de deslocamentos graduais e não é um pseudo equilíbrio instantâneo tal como colocado por Keynes⁸. As condições de pseudo tempo são aceitas como válidas para modelos macroeconômicos que deveriam considerar alterações nas estruturas de recursos naturais. Neste sentido, de perda do significado do tempo, é inevitável pensar que

⁶ *Alusão ao Assalto à razão* de Giorgy Lukács (1967).

⁷ Um exemplo especial é a aliança original entre os Estados Unidos e o reino medieval da Arábia Saudita.

⁸ A prevenção de Keynes com Marshall, de quem se sentia superior, condicionou muitos "teóricos" que criticaram Marshall sem tê-lo lido.

Keynes é um retrocesso em relação com Marshall e que sua macroeconomia dependeria de conceitos genuinamente sociais e não apenas de abstrações de globalidade. Shackle (1967) mostrou claramente o contraste entre o movimento de agregação temática do marginalismo em ascensão, representado por Wicksell e Schumpeter e o subseqüente desgaste, quando revelada sua incapacidade para prever a crise de 1930 (SHACKLE, 1967).

A controvérsia em torno da conceituação de equilíbrio torna-se inevitável quando emergem observações sobre as condições de mercado, em que situações graduais como graus de monopólio e condições de oligopólio⁹ aparecem como qualificativos necessários da economia internacionalizada¹⁰. Quando se pergunta quem realiza concretamente as transações que aparecem com os títulos de exportações e importações desaparece a neutralidade dos dados de balança de pagamentos.

Também há uma contradição relativa ao discurso de Joseph Schumpeter (1894) quando ele reduz o conceito macroeconômico de corrente circular dos Fisiocratas a um circuito microeconômico de relações entre produtores individuais. A insistência na centralidade de um indivíduo genérico é uma patologia do sistema do capital que passa por alto o fato de que os produtores individuais autônomos se tornam tão freqüentes como a onça pintada e que os operários de macacão pertencem ao cinema da década de 1950. A premissa de que o coletivo é uma pluralidade do individual torna-se um pressuposto inadmissível quando se reconhece que a produção é essencialmente coletiva e que o controle social do consumo elimina praticamente a chamada soberania do consumidor.

Ambos contribuem para um progressivo empobrecimento conceitual da abordagem marginalista, que se refere a condições dadas da produção capitalista e não registra as transformações de um processo capitalista de

produção que se torna estruturalmente mais complexo e gera condições irreversíveis de usos de recursos e de valorização e desvalorização do trabalho. É a diferença entre a mecânica e a genética que já tinha sido invocada por Foucault em um plano supra disciplinar e voltaria como crítica ao chamado economicismo, que denuncia a redução da problemática social à mecânica do capital.

Por isso o marginalismo é infenso à dinâmica. A pretensão de desenvolver um aparelho de análise sobre condições invariantes do sistema produtivo, que seria o preceito inevitável da estática, é contraditória com a possibilidade de alterações nas tecnologias e nas competências para lidar com elas. Pelo contrário o pressuposto básico da dinâmica é de alterações progressivas e inevitáveis nos componentes materiais e imateriais do sistema produtivo, que significam deslocamentos nos modos de produzir e de consumir. a essência da crítica é a reversão do reducionismo a que se chega ao levar as premissas ao seu limite. Um exemplo notório é o da análise das relações inter-industriais que capta relacionamentos atemporais e na qual a introdução de alterações representativas de substituições de tecnologia trabalha com pseudo tempo. O ponto de partida de uma dinâmica real seria a perspectiva de Erik Lindahl (1947) que considera variações de taxas interdependentes e não admitiria taxas incondicionadas¹¹. Uma variação na taxa de emprego dependeria daquelas condições de oligopólio e exploração e teria pouco a ver com produtividade.

Em suma, há uma crítica à mecânica da análise simplificadora e uma outra crítica a sua sustentação ideológica implícita. A análise da mecânica do sistema pressupõe que ela tem a capacidade de representar os interesses por meio de sua apresentação em mercado. Mas em qual mercado se todo mercado é desigual e depende de controle de intenções de consumo. A análise neoclássica coloca-se tacitamente na perspectiva dos interesses do capital, estabelecendo que a economia é uma disciplina – não uma ciência – a serviço do capital.

As teses da crítica

A crítica contemporânea ao marginalismo parte de uma visualização do panorama científico em que uma aceleração de conquistas do conhecimento alavancado por avanços na instrumentação (STENGERS, 2004) coincide com questionamentos sobre cientificidade (GIDDENS, 2008) e sobre controle do conhecimento (FOUCAULT, 1979). Para se atualizar a economia precisa tomar em conta o que acontece com a ciência em geral. A busca de uma teoria do conhecimento universalizante mas assentada sobre alicerces das ciências físicas, tal como trabalhada por autores como Popper, Kuhn, Bunge e outros, por oposição revela a contradição de pretender trabalhar o campo social com essa epistemologia da Física que se intitula de filosofia da ciência. Nesse sentido, uma crítica do marginalismo terá que apontar aos seus fundamentos científicos e seu poder analítico.

Para encaminhar esta crítica apresentam-se a seguir algumas

⁹ O oligopólio tornou-se a forma dominante de operação do grande capital que corresponde a condições especiais de concorrência em setores em que o controle de suprimentos e de marcas pode ser manipulado com certa facilidade. Um exemplo claro é a oligopolização dos supermercados.

¹⁰ O trabalho de William Fellner sobre oligopólio marca uma linha de estudo indispensável para explicar a economia de hoje.

¹¹ A propensão ao consumo em Keynes surge de uma relação de probabilidade entre renda e preços dos bens de consumo, não reconhecendo como necessárias as interdependências entre as condições de renda e a estruturação social. Assim, não está afetada pela influencia dos meios de comunicação nem por religiões que impõem pagamento de tributos.

teses questionando as premissas do marginalismo. As teses iniciais com que se apresenta esta crítica são sinteticamente expostas nos tópicos seguintes.

1. A primeira crítica ao marginalismo aponta a sua incapacidade para lidar com a realidade do tempo em economia. Uma abordagem estática não tem como perceber que a produção moderna se realiza mediante um conjunto de circuitos de produção e circulação com diferentes velocidades e que está sujeita a perdas irreversíveis de energia. A economia do equilíbrio estático é a de um falso equilíbrio que só pode ser alcançado mediante o artifício de supor invariantes situações de transformação. A diferença entre tempo e pseudo-tempo é decisiva na distinção entre uma teoria realista e outra falsamente idealista. Essa incompatibilidade com as condições reais de tempo faz com que se incorra em simplificações sucessivas, mas não acumulativas, que justificam o uso de ferramentas de análise micro para situações de análise macro.

2. A teoria marginalista aceita como axioma a propriedade privada separando-a de sua formação histórica, passando por alto seus condicionamentos. Além da contestação frontal de Marx, que vê a propriedade privada como uma usurpação, é inevitável situá-la como parte de institutos historicamente estabelecidos e não como Direito Natural. O isolamento entre a Economia (sem Política) e as demais ciências sociais fez com que a análise econômica ficasse ao largo do debate entre Direito Natural e Histórico e tampouco considerasse as implicações do contratualismo.

3. A teoria marginalista toma como fundamento a escassez relativa quando na produção moderna aumentam as situações de escassez absoluta, que não permitem pensar em termos de margens. Toda a abordagem ambiental está sustentada em escassez progressiva tendente a absoluta, que são condições contraditórias com o preceito de sustentabili-

dade. Ver-se-á que o sistema capitalista de produção é incompatível com sustentabilidade. Água e minerais em geral são representativos desta objeção. Há um uso crescente desses recursos que é incompatível com as reservas disponíveis. O modo de apresentação de escassez relativa por Stanley Jevons falseia a realidade dos usos sociais da água que reduz ao uso hipotético de um indivíduo hipotético. A possibilidade de deslocamentos infinitesimais – que sustenta a hipótese de uma curva de demanda – é falsa porque os deslocamentos são essencialmente discretos e nada garante que são constantes¹². A crítica dessa hipótese de deslocamentos constantes encontra ressonância adicional na análise da entropia que admite variações das tendências entrópicas¹³.

4. O marginalismo admite uma perfeita substitutibilidade no sistema produtivo quando se sabe que ela é incerta, que depende de tecnologia acessível e não só disponível. Na realidade todo capital que é substituído é trocado por outro incomparável com ele. O pressuposto de substitutibilidade perfeita ignora as condições de mercado – tendentes à oligopolização – em que acontece a substituição de conjuntos de tecnologias. Tratar de movimentos de renovação tecnológica ignorando seu fundamento no sistema de poder é pelo menos ingênuo.

5. A análise neoclássica pressupõe comparabilidade dos modos de trabalho passando por alto a complexidade do trabalho simples, que tacitamente é aceito como trabalho manual¹⁴. Como o sistema produtivo

caminha sobre elevação tecnológica desigual, a comparabilidade fica restrita a condições específicas de produção em que as formas de trabalho são apenas aquelas já plenamente incorporadas. No fim, significa desconsiderar as possibilidades de mudanças nas diversas formas de trabalho manual.

6. Essa teoria ortodoxa admite como capital bens de capital isolados destinados a serem usados como capital antes de constatar qual o papel histórico deles na capacidade produtiva instalada¹⁵. Ignora que o capital é essencialmente heterogêneo e composto, constituído de equipamentos complexos cujo valor se perde se são decompostos em suas peças mínimas. Exceto por facas, pás e picaretas os bens de capital são essencialmente complexos e exercem combinações de funções de bens simples. O essencial do capital produtivo é que ele está constituído de estruturas produtivas cada vez mais complexas e interdependentes. A visão sistêmica do sistema econômico (MARCHAL, 1955; LACHMANN, 1956) dão conta de uma identificação do conceito de capital com a de complexidade de estruturas e de situações de mercado em que a heterogeneidade do capital é essencial (PINTO, 1978). A hipótese de homogeneidade do capital com que trabalha a taxa interna de retorno corresponde apenas a situações especiais de mercado em que em que as taxas de juros se movem espontaneamente, portanto, sem bancos centrais.

7. A ortodoxia admite a possibilidade de deslocamentos de variáveis

¹² A crítica da curva da demanda foi apresentada por Roy Harrod (Second dynamic essay, 1960). Uma pluralidade de pontos de demanda não necessariamente garante continuidade pelo que as variações de demanda são discretas e não contínuas.

¹³ É inevitável considerar as implicações em economia das leis da termodinâmica. A condição sine qua que só pode haver conservação de energia em um ponto significa que a conservação está exposta a alterações nas disponibilidades e nos usos de energia.

¹⁴ Não esquecer que a elaboração de violinos de alta qualidade é trabalho manual.

¹⁵ Esse pressuposto foi derrubado mesmo no campo marginalista por L.M.Lachmann (1956)

“ Sobre as bases conceituais do aparelho marginalista/neoclássico há o pressuposto de que a teoria é um corpo de teoremas em principio não contraditórios em que as alterações do corpo teórico se dão por meio de incorporação ou de substituição de teoremas. ”

em ambiente sem tempo [desconhecendo a crítica myrdaliana de 1932] e em espaço neutro, quando este último é impugnado pela teoria de Prigogine sobre a impossibilidade de movimentos não friccionais¹⁶. Toda produção envolve desgaste de recursos, em que alguns são mais facilmente renováveis que outros, mas em que não há recursos totalmente renováveis. Toda a teoria da termodinâmica não poderia ser ignorada. Especificamente, a segunda lei da termodinâmica joga no lixo a suposição de uma relação constante entre recursos e produção de energia.

8. A análise neoclássica desenvolve modelos de análise conceitualmente simplificados – mesmo quando sejam matematicamente complexos – sem examinar as condições concretas para a simplificação, o que significa, passar por alto as margens de erro não conhecidas nem controladas [Ver Oskar Morgenstern, *On economic observations*]¹⁷. A consistência lógica desses modelos nada tem em comum com sua possível consistência material, isto é relação com a realidade, nem com sua possível pertinência, isto é, em relação com a oportunidade em que

são utilizados. Tornam-se artefatos conceitualmente ingênuos.

9. Supõe condições de generalização indefinida, que significa incontroladas, sem registrar os fundamentos culturais e antropológicos da economia. Sobre as bases conceituais do aparelho marginalista/neoclássico há o pressuposto de que a teoria é um corpo de teoremas em principio não contraditórios em que as alterações do corpo teórico se dão por meio de incorporação ou de substituição de teoremas. Não há uma crítica interativa da validade dos teoremas nem da composição do corpo teórico. Por exemplo, aceitam-se premissas de relações econômicas internacionais entre países – representadas pela balança de pagamentos – sem considerar que elas estão invalidadas pelo papel de relações intra-empresas conduzidas pelas empresas internacionais. O balanço de pagamentos encobre toda uma camada de operações entre órgãos de uma mesma empresa e de movimentos de recursos que não são registrados, como remessas de recursos entre familiares.

10. A teoria marginalista admite a possibilidade de valor explicativo da hipótese de concorrência perfeita, que jamais aconteceu em lugar algum nem em época alguma e que não pode explicar nem mesmo as condições tribais de produção. A idéia de concorrência perfeita é um insulto à inteligência e teria que ser substituída pela de mercado aberto. A falsidade relativa à microeconomia consiste em uma teoria indeterminada da empresa que admite comportamentos semelhantes em

mercado de empresas de diferentes envergaduras.

Como corolário desses pressupostos estabeleceram-se preceitos de política econômica baseados em uma noção de equilíbrio macroeconômico instantâneo das economias nacionais, que pode ser incidental ou conjuntural. Há um questionamento inevitável sobre as questões de equilíbrio e de expansão que estão na base da teoria do crescimento e dão lugar a outras controvérsias teóricas. O uso não reflexivo da noção de equilíbrio incorre em outras falsidades que devem identificadas.

A primeira falsidade surge do pressuposto de que a sustentação de políticas de curto prazo pode ser consistente com problemas em longa duração, ou que o prolongamento de políticas em curto prazo substitui políticas especificamente elaboradas para o longo prazo. Na realidade como diferentes investimentos têm diferentes períodos de maturação, o sistema econômico convive com a inércia de investimentos anteriores e as condições de autonomia de novas decisões variam segundo essa inércia se concentra ou dispersa em condições de relativa continuidade tecnológica ou em momentos de maior ruptura tecnológica.

A segunda falsidade – identificada por Marx – consiste em tratar economias nacionais como organicamente separadas umas das outras. Desse modo chega-se à balança de pagamentos que não registra as interconexões entre os países e o papel da fluidez do capital financeiro. Acima de tudo a balança de pagamentos não registra transações intra empre-

¹⁶ Ilya Prigogine, *Entre o tempo e a eternidade*, (1996). Trabalha a noção de instabilidade associada a condições de irreversibilidade, no conjunto chegando a condições relativas de determinidade. Em suma, sistemas progressivamente complexos que não podem ser reduzidos a condições plenamente deterministas e que devem considerar rotas de evolução desviantes. Se a economia contemporânea está sujeita a mudanças progressivas nas composições de recursos que utiliza estará nessas condições de irreversibilidade relativamente previsível.

¹⁷ Modelos sofisticados para provar o óbvio, do tipo criminosos potenciais que não serão presos tendem a aproveitar as oportunidades para cometer crimes. Empresas que não serão condenadas por corromper são os verdadeiros culpados da corrupção.

sas nem remessas entre familiares, perdendo alguns dos itens que mais crescem nas relações internacionais. Tampouco registra a tendenciosidade determinada pela indústria bélica que nada tem em comum com a lógica geral do capital.

A terceira falsidade consiste em aceitar como viável passar da condição de estática à de dinâmica porque a primeira seja mais simples que a segunda. Significa negar que a realidade é dinâmica e a análise estática é uma simplificação conveniente mas infundada. No ambiente de dinâmica o essencial são os deslocamentos e as inter-relações entre eles que constituem o equilíbrio dinâmico.

Desdobramentos da crítica

1. Essa teoria ortodoxa entende que as economias nacionais podem ser analisadas e ter seu desempenho avaliado mediante uma análise macroeconômica que ignora a impregnação dessas economias nacionais pelas atividades de empresas multinacionais¹⁸. Além de que os instrumentos convencionais se tornam irrelevantes seu uso leva a uma imagem distorcida da realidade.

2. A hipótese de economias nacionais fechadas que depois incorporam relações internacionais, que é utilizada pela análise marginalista, não é válida nem para explicar as mais antigas economias pré-industriais¹⁹. A internacionalidade surge desde o começo da formação do capital mercantil e se expande e ganha complexidade junto com o aparecimento do sistema capitalista de produção. A ideia de começar por economias nacionais fechadas às quais se agrega o comércio internacional não ajuda a construir a uma análise internacional significativa porque projeta uma falsa imagem do papel do comércio na formação do capital. Por isso, a suposição de que uma análise de duas economias com um ou dois produtos conceitualmente é de pobreza franciscana.

3. A chamada síntese neoclássica pós-keynesiana supõe uma separa-

“ *A relação da teoria com a realidade é essencial para que seja uma teoria e não somente utopia. A teoria se forma em resposta a uma percepção da realidade, pelo que diferenças no reconhecimento do mundo real exigem revisões da composição conceitual da teoria.* ”

ção entre macro e microeconomia que não consulta as condições de agregação das variáveis, mas utiliza preceitos microeconômicos que toma como válidos para economias nacionais. Por exemplo, a igualdade IS-LM que supostamente compara a esfera financeira com a real mas que na realidade apenas indica uma esfera real genérica que nada mede. A hipótese de curvas de indiferença é uma simplificação forçada de comportamentos de consumidores em condições burguesas padrão tal como admitiu o próprio Hicks. Os problemas fundamentais de agregação de informações que envolvem a economia de grandes empresas ficam fora dessa análise, mas está claro que a macroeconomia das pequenas economias centro-americanas não se

compara com a microeconomia das grandes multinacionais. Algumas tentativas de recompor a proposta keynesiana com fundamentos ricardianos, como a de Pasinetti (1974) podem ser classificadas como uma síntese alternativa que não supera o problema de bloqueio do sistema por exaurimento da taxa de salário.

4. A ortodoxia toma o trabalho como elemento passivo no mundo da produção que supostamente responde apenas à lógica do capital, ignorando os movimentos sociais que enfrentam a lógica da acumulação. Desde Malthus a teoria insiste em ver a acumulação como um processo linear e contínuo e não como um processo conflitivo e incerto. Tacitamente supõe que os trabalhadores estão destituídos de sua condição de seres sociais capazes de pensar por conta própria ou de representar seus interesses. A teoria ortodoxa do emprego trata com emprego como fato de mercado sem considerar as condições progressivas de qualificação – e desqualificação – de trabalhadores.

Conclusões preliminares

A crítica ao marginalismo é um passo inevitável no caminho da construção de uma economia realista²⁰. Aponta a contradições internas de sua estrutura conceitual e principalmente a sua ancoragem na realidade. A relação da teoria com a realidade é essencial para que seja uma teoria e não somente utopia. A teoria se forma em resposta a uma percepção da realidade, pelo que diferenças no reconhecimento do mundo real exigem revisões da composição conceitual da teoria. Escassez relativa, concorrên-

¹⁸ Cerca de 80% das exportações brasileiras é realizado por umas 400 empresas das quais a metade é de capitais internacionais. No campo da mineração essa proporção ainda é mais elevada

¹⁹ Desde a economia fenícia à britânica se expandiram a partir da expansão do comércio, que sempre teve um componente de pilhagem, de controle da variedade e da qualidade das mercadorias e de imposição de mercadorias da conveniência dos comerciantes.

²⁰ É um passo equivalente ao da reconstrução de uma filosofia despreendida do formalismo construído desde a epistemologia cartesiana e rigidificado pelo positivismo em suas diversas variantes.

cia perfeita e consumo individual são escombros de uma teoria que nunca foi unificada. O fator experiência vem a ser a capacidade de registrar a realidade de modo ordenado e acumulativo, pelo que a separação entre teoremas e teoria é uma pérola do empirismo abstrato que não tem lugar em um contexto reflexivo.

Diante de um sistema mundial de relações desiguais entre participantes desiguais tanto na esfera pública como na privada e com diferentes fundamentos culturais, torna-se inevitável admitir a pluralidade de motivações e de condições que informam os comportamentos. O agir em sociedade se define por meio de uma pluralidade de condições de racionalidade e de uso de modos operacionais, em que as tecnologias são acionadas em contextos ideológicos. Assim, o velho objetivo clássico de encontrar uma lei geral explicativa, como seja a divisão do trabalho, é uma referência inevitável, inseparável do sistema produtivo como uma totalidade.

O drama da teoria social é lidar com um objeto que muda constantemente. Nesse contexto coloca-se o relativo à heterogeneidade do capital e à do trabalho que prosseguem inexoravelmente. A acumulação acontece em condições históricas concretas de heterogeneidade e de mobilidade do capital e do trabalho formando padrões sociais e territoriais.

A crítica do marginalismo revela um problema mais profundo da teoria econômica que decorre justamente da perda de sua substância como ciência social. A substituição do ser social concreto – as pessoas – por contrafações tais como consumidor ou contribuinte, é parte de um processo geral de reificação cujo limite é o reconhecimento de objetivos da vida social que estão além daqueles do capital ou que simplesmente revelam o perfil anti-social do capital. A luta por uma teoria realista tem os aspectos de re-humanização da teoria e de superação de sua subalternidade.

Referências

DOBB, Maurice. **Theories of value and distribution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

FELLNER, William. **Competition among the few**. N.York: Augustus Kelley, 1965.

FOUCAULT, Michel. **La arqueologia del saber**. México: Siglo XXI, 1979.

HAMBERG, Daniel. **On growth and instability**. New York: Norton, 1959.

HARROD, Roy. **Towards a dynamic economics**. Londres: Macmillan, 1960.

_____. **Second dynamic essay**. Cambridge: The Economic Journal, abril, 1960.

HICKS, John. **Capital and growth**. Oxford: Oxford University Press, 1965.

_____. **Valor y capital**. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

HOBSON, John. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, John Maynard, *The general theory of employment, interest and Money*, New York, Harcourt, Brace & World, 1966.

LACHMANN, L.M. **Capital and its structure**. Londres: The London School of Economics, 1956.

LINDAHL, Erik. **Estúdios sobre la teoria del dinero y del capital**. Madrid, Aguilar, 1948.

MARCHAL, André. **Systèmes et structures économiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

_____. **Method scientifique et science économique**. Paris: Éditions de T. Genin, 1960.

MARITAIN, Jacques. **A ordem dos conceitos e a lógica menor**. Rio de Janeiro: Agir, 1954.

MARSHALL, Alfred. **Principles of economics**. Londres: Macmillan, 1966.

_____. **Industry and trade**. Londres: Macmillan, 1926.

MARX, Karl. **O capital**. México, Fondo de Cultura Económica, 1956. (3 v.)

_____. GRUNDRISS. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. (2 v.)

MORGENSTERN, Oscar. **On economic observations**. Princeton: Princeton Press, 1964.

MYRDAL, Gunnar. **Asian dramm**. New York: Random House, 1968. (3 v.)

_____. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Rio de Janeiro: Culura, 1961.

PASINETTI, Luigi. **Growth and Income Distribution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

PRIGOGINE, Ilya. **Entre o tempo e a eternidade**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1990.

ROBINSON, Joan. **La acumulación de capital**. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria del desenvolvimiento económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

_____. **Business cycles**. Filadélfia: Porcupine, 1989.

SHACKLE, G. L. **The years of high theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

STENGERS, Isabelle. **A invenção da ciência moderna**. São Paulo: Ed.34, 2003.

WICKSELL, Knut. **Lessons on economic theory**. London, Routledge & Kegan Paul, 1961. (2 v.)